



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

83

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



"03321533"

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 990.10.357977-1, da Comarca de Mairiporã,
em que é apelante BRENDA NANI LOPES (JUSTIÇA
GRATUITA) sendo apelado TOYOTA DO BRASIL LTDA.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS. V. U.", de
conformidade com o voto do Relator, que integra este
acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores ROMEU RICUPERO (Presidente) e PALMA
BISSON.

São Paulo, 02 de dezembro de 2010.

DYRCEU CINTRA
RELATOR



1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Apelações nº 990.10.357836-8 e 990.10.357977-1 (AcR)

1ª Vara Cível da Comarca de Mairiporã

Apelantes – Milena Moreira Mecho e outro

– Brenda Nani Lopes

Apelada – Toyota do Brasil Ltda.

Voto nº 18.306

Acidente de trânsito. Ações de indenização por danos moral e material, julgadas conjuntamente, movidas contra a fabricante do veículo por suposto defeito de fabricação relacionado com a porca fixada no conjunto da barra estabilizadora da suspensão dianteira, motivo de *recall* por parte da fabricante. Improcedência na origem. Apelos dos autores. Prova do motivo do acidente. Ônus dos autores. Venda da sucata do automóvel que impossibilitou perícia específica. Laudo da perícia técnica inconclusivo. Sentença confirmada. **Apelos improvidos.**

Trata-se de apelações interpostas contra sentença que julgou, conjuntamente, improcedentes ações de indenização por danos material e moral movidas contra a fabricante do veículo acidentado, alegando que defeito de fabricação teria causado o capotamento e consequente morte dos ocupantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Os apelantes Milena Moreira Mecho e Helbert Moreira Mecho – filhos de Claudinei Carlos Moreira Mecho, motorista –, e Brenda Nani Lopes – filha de Rosemeire Nani, ocupante do veículo –, reiteram que a causa do capotamento foi o defeito na porca superior fixada no conjunto da barra estabilizadora da suspensão dianteira, que ensejou *recall* por parte da fabricante Toyota, ora apelada, 10 meses após o sinistro.

Destacam que: (a) não houve colisão com outro veículo ou obstáculo; (b) as condições da pista da rodovia Fernão Dias eram boas; (c) o motorista estava apto para conduzir veículo e não havia ingerido bebida alcoólica, e (d) o *recall* de setembro de 2008 tinha como único fim a troca do componente defeituoso, para evitar riscos à integridade física e à segurança do consumidor; (e) não houve acionamento dos *air bags*.

Dizem que em razão do lapso temporal entre o acidente e o *recall*, não tinham como preservar o veículo para eventual perícia porque não sabiam do defeito – causa do acidente e das mortes – e, também, porque o veículo estava na posse da seguradora, que depois o vendeu.

As apelações foram recebidas, regularmente processadas e respondidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

É o relatório.

Não vingam os apelos.

A causa do capotamento do veículo, ocorrido em 9.11.2007, é desconhecida.

Entendeu a juíza sentenciante que os autores não conseguiram comprovar que o acidente que vitimou Claudinei Carlos Moreira Mecho e Rosemeire Nani teve como causa o defeito de fabricação no veículo, por eles apontado, pois:

“Estava em pleno alcance (...) a produção da prova do nexo causal entre o acidente com a caminhonete e o defeito da fabricação que ensejou o incontroverso *recall*.

Bastaria (...) a preservação da caminhonete e a inspeção de seus restos por perito (até mesmo em produção antecipada de provas). Mas nada fizeram os Autores pela preservação dos restos da caminhonete, que terminaram vendidos como sucata no curso desta lide.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Esta omissão (...) inviabilizou qualquer exame na caminhonete. E mais: afastou dos Autores hipossuficiência probatória (nesse caso concreto, pela alienação dos restos da caminhonete, hipossuficiente ficou o fabricante, que não dispõe de meios de demonstrar que o acidente com o automóvel não guarda relação com qualquer defeito de fabricação)” (fls. 417/418 da AcR 990.10.357836-8).

É bem verdade que o falecido Claudinei, sócio da empresa Auto Socorro Moreira Ltda., proprietária do veículo, foi quem adquiriu a caminhonete Hilux SW4 zero quilômetro (fls. 13/15 da AcR 990.357836/8) e que seus filhos, 10 meses após o acidente, receberam correspondência da ré Toyota do Brasil Ltda. dando conta do problema com a porca superior fixada no conjunto da barra estabilizadora da suspensão dianteira do veículo.

O *recall* fez supor aos autores que a causa do acidente fora “a soltura espontânea da porca de fixação do conjunto de articulação da barra estabilizadora da suspensão dianteira do veículo enquanto estiver em movimento, o que poderá ocasionar riscos à integridade física e segurança do consumidor” (*idem*, fls. 19).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Mas não trouxeram prova disso.

A perícia realizada pelo Setor de Criminalística de Guarulhos foi inconclusiva quanto à causa do acidente (fls. 38/43 da AcR 990.10.357977-1).

E o laudo produzido pela assistente técnico da ré atesta não só que a peça afetada pelo problema estava presente no veículo após o capotamento (fls. 178 da AcR 990.10.357.836-8), como também concluiu que “o acidente foi decorrente de perda de direção por quebra de material rodante em buraco da pista”, seguindo-se de “colisão contra a mureta e capotamento com choque do teto no asfalto” (*idem*, fls. 180).

Concordam com tal conclusão os representantes do Ministério Público (*idem*, fls. 410/412 e 471/472), ressaltando o douto procurador de justiça que “existindo ou não buracos na rodovia, o certo é que mesmo os desníveis exercem influência no domínio da máquina, maior ou menor de acordo principalmente com a velocidade desenvolvida, exigindo pronta e adequada reação do condutor”, razão por que, “em que pese a campanha realizada pela fábrica para eventual conserto da peça mecânica, realizada meses após a colisão, não há evidência no sentido do defeito ter se apresentado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

concretamente no automóvel acidentado, nem mesmo que tenha causado o desgoverno da máquina, na pista em mau estado de conservação” (fls. 471).

Por fim, dadas as características do acidente, eventual acionamento do *air bag* não teria o condão de evitar a morte dos ocupantes do veículo.

Assim, por não terem os autores, ora apelantes, cumprido o ônus da prova que lhes cabia (artigo 333, I, do CPC), há que confirmar a sentença.

Posto isso, **nega-se provimento às apelações.**

Dyrceu Cintra
Desembargador Relator